

**TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Edital 15/2023 – CGPES/DIGAP - REPUPLICAÇÃO</b>	
<b>Título e Código do Projeto</b>	<b>914BRZ1115:</b> Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
<b>Local(s) de Trabalho</b>	<i>Brasília - DF</i>
<b>Período do contrato:</b>	<i>11 meses</i>
<b>Número de vagas:</b>	<b>2 (duas) vagas</b>
<b>Enquadramento no Prodoc</b>	<b>Atividade 1.1.6:</b> Definir e testar metodologia de monitoramento das ações relacionadas e infraestrutura física e recursos pedagógicos, no âmbito do PAR, com definição de novos fluxos e procedimentos estratégicos que assegurem eficiência e eficaz cumprimento de prazos e otimização de recursos financeiros.

**1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas, administrativas e gerenciais a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes, metas e estratégias, estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP). Dentre essas, destaca-se a Meta 7 que aborda o fomento à melhoria da qualidade da educação básica e a estratégia 7.5, que versa sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR), uma estratégia de assistência técnica e financeira que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, capaz de estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.

Como um instrumento de planejamento plurianual, o PAR é efetivado em ciclos quadrienais, tendo sido, até o momento, operacionalizado em módulos específicos no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (SIMEC). Entretanto, o ciclo atual, conforme normativos, tem vigência somente até 2024, requerendo, portanto, o desenvolvimento de um novo módulo para o próximo ciclo. Além disso, por força do Decreto nº 11.271 de dezembro de 2022, que instituiu o Sistema de Gestão de Parcerias da União (Sigpar), que é o novo estruturador para transferências de recursos voluntários da União, e que substituiu a Plataforma Mais Brasil pela Plataforma Transfere.gov como sistema informatizado de transferências de recurso, está acontecendo a migração dos dados do PAR, no SIMEC, para essa nova plataforma, tornando necessária, assim, a busca de pessoal capacitado para realizar estudos que subsidiem o FNDE na realização dos procedimentos de migração dos dados de uma plataforma para a outra.

Nesse viés, entende-se que a cooperação técnica irá contribuir e trazer resultados concretos e mensuráveis em relação ao arcabouço normativo e à assistência técnica e financeira, aplicada no âmbito da DIGAP e do PAR, incluindo estudos para o desenvolvimento de ações relacionadas à infraestrutura física e recursos pedagógicos, no âmbito do PAR, e o monitoramento informatizado e sistemático de ações com a definição de novos fluxos e procedimentos estratégicos que assegurem eficiência e eficácia no cumprimento de prazos e otimização de recursos financeiros repassados pela União por meio do PAR, e que garantam a transparência e a plena aplicabilidade dos recursos orçamentários e financeiros previstos e repassados pelo FNDE, mediante comprovação da execução por parte dos entes federados.

O resultado esperado é a melhoria do sistema visando a otimização da execução dos instrumentos pactuados, do repasse de recursos financeiros e assistência técnica, contribuindo para uma educação de qualidade a todos e o cumprimento das metas relacionadas à educação básica do PNE 2014-2024.

Dessa forma, visando o alcance desses resultados faz-se necessária a contratação de profissional com formação em nível superior, especializado no desenvolvimento de estudos acerca da rotina de tratamento de dados no que tange aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, ciclo 5, e plataforma Transfere.gov., visando à adequação, à inclusão e melhorias de funcionalidades existentes no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito da DIGAP/FNDE e a migração para a Plataforma Transfere.gov.

## **2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC**

- a) Resultados que serão alcançados: **Resultado 1.1** - Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional e recursos pedagógicos revisadas.
- b) Enquadramento no Prodoc: Os resultados inserem-se nas atividades previstas na **Atividade 1.1.6** - Definir e testar metodologia de monitoramento das ações relacionadas e infraestrutura física e recursos pedagógicos, no âmbito do PAR, com definição de novos fluxos e procedimentos estratégicos que assegurem eficiência e eficaz cumprimento de prazos e otimização de recursos financeiros.

## **3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS**

### As atividades são comuns para todos os produtos

#### **CONSULTOR 1 – CGPES**

**Atividade 1** - Estudar a base de dados do SIMEC a fim de entender as funcionalidades de diagnóstico, planejamento, monitoramento e prestação de contas da assistência técnica e financeira, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, para implementação do PAR 5;

**Atividade 2** - Realizar reuniões com os gestores que operacionalizam o SIMEC, de forma a compreender as dificuldades existentes quanto às funcionalidades descritas na Atividade 1;

**Atividade 3** - Realizar mapeamento da rotina de tratamento de dados acerca do Plano de Ações Articuladas – PAR 5, especificamente quanto à gestão dos Planejamentos extraídos por meio do SIMEC;

**Atividade 4** - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de carga e atualização de escolas do PAR 5, no SIMEC;

**Atividade 5** - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas vinculações orçamentárias do PAR 5, no SIMEC;

**Atividade 6** - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de planejamento das ações de infraestrutura física e recursos pedagógicos do PAR 5, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC;

**Atividade 7** - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de Emendas do PAR 5, no SIMEC;

**Atividade 8** - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de empenho do PAR 5, no SIMEC;

**Atividade 9** - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de desembolsos do PAR 5, no SIMEC.

**Atividade 10** - Realizar reuniões de planejamento e feedback;

**Atividade 11** - Propor procedimentos para implementação das melhorias e adequações necessárias para novos fluxos e estratégias, de modo a garantir a disponibilização tecnológica;

**Atividade 12** - Estruturar plano e estratégia para implantação das adequações;

**Atividade 13** - Realizar teste com o intuito de verificar as adequações propostas para fluxos e estratégias.

**Atividade 14** – Elaboração de metodologia e instrumento para apoio à realização do estudo.

**Atividade 15**- Subsidiar tecnicamente a gestão da DIGAP quanto aos aspectos técnicos contidos do sistema.

#### **CONSULTOR 2 - CGDEN**

**Atividade 1** - Estudar a base de dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle SIMEC

a fim de entender as funcionalidades existentes, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR 4;

**Atividade 2** - Realizar reuniões com os gestores que operacionalizam o SIMEC, de forma a compreender as dificuldades existentes e propor as possíveis melhorias sistêmicas;

**Atividade 3** - Realizar mapeamento da rotina de tratamento de dados acerca do Plano de Ações Articuladas – PAR 4, especificamente quanto à execução dos objetos pactuados no âmbito do SIMEC;

**Atividade 4** - Analisar as funcionalidades de carga e atualização de escolas do PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, bem como propor melhorias nas regras de negócio;

**Atividade 5** - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de solicitações de empenho no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

**Atividade 6** - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de geração de Termos de Compromisso no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

**Atividade 7** - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de solicitações de pagamentos no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

**Atividade 8** - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de prorrogação de prazo dos instrumentos pactuados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

**Atividade 9** - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de atualização de dados bancários no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, por meio de integração do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

**Atividade 10** - Realizar reuniões de planejamento e feedback;

**Atividade 11** - Propor procedimentos para implementação das melhorias e adequações necessárias, de modo a garantir a disponibilização tecnológica;

**Atividade 12** - Estruturar plano e estratégia para implantação das adequações;

**Atividade 13** - Realizar teste com o intuito de verificar as adequações propostas no SIMEC.

**Atividade 14** – Elaboração de metodologia e instrumento para apoio à realização do estudo.

**Atividade 15**- Subsidiar tecnicamente a gestão da DIGAP quanto aos aspectos técnicos contidos do sistema.

#### 4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

##### Consultor nº 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Documento técnico “A”</b> , contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de carga e atualização de escolas do PAR 5.	45 dias
<b>Documento técnico “B”</b> , contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernentes aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas vinculações orçamentárias do PAR 5.	100 dias
<b>Documento técnico “C”</b> , contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de planejamento do PAR 5.	160 dias
<b>Documento técnico “D”</b> , contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de Emendas do PAR 5.	215 dias

<b>Documento técnico “E”</b> , contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de empenho do PAR 5.	275 dias
<b>Documento técnico “F”</b> , contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de desembolsos do PAR 5, para os objetos materiais e formação.	320 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

## Consultor nº 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Documento técnico “A”</b> , contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de propostas aprovadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migradas para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade.	45 dias
<b>Documento técnico “B”</b> , contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de empenhos efetivados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, por meio de integração com o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade.	100 dias
<b>Documento técnico “C”</b> , contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de termos de compromissos e de publicações realizadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migradas para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade.	160 dias
<b>Documento técnico “D”</b> , contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de pagamentos efetivados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migrados para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade.	215 dias
<b>Documento técnico “E”</b> , contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de prorrogação de prazo dos instrumentos pactuados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migrados para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade.	275 dias
<b>Documento técnico “F”</b> , contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de atualização de dados bancários no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migrados para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade.	320 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

## 5 - INSUMOS

Ao (À) consultor (a) será dado o apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do

trabalho.

## 6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

### 6.1 Análise curricular:

- a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;
- b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail [prododigap@fnde.gov.br](mailto:prododigap@fnde.gov.br), preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados;
- c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do Edital ao qual se candidata;
- d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;
- e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;
- f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- g) A análise curricular valerá 70 (setenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

### 6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 49 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- e) A entrevista valerá 30 (trinta) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

### 6.3 Análise documental/Convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas “Análise curricular” e “Entrevista”, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail [prodocdigap@fnde.gov.br](mailto:prodocdigap@fnde.gov.br);
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “7. Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

## 7. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

### 7.1. Obrigatórios:

- a) **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, nas áreas de conhecimento<sup>1</sup> de Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Administração de Sistemas de Informação e/ou em Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b) **Experiência profissional:** Mínimo de 5 (cinco) anos na área de TI, com conhecimento em análise de sistemas, teste de software, análise de negócios e requisitos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

---

<sup>1</sup> Áreas de conhecimento da CAPES.

c) **Experiência profissional** mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento de sistemas informatizados no âmbito da Administração Pública Federal.

d) **Habilidades e competências:** Conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe.

## 7.2. Desejáveis:

a) **Formação Acadêmica:** Pós-graduação em nível de especialização na área de Análise de dados e/ou Gestão de Projetos.

b) **Experiência profissional:** mínima de 2 (dois) anos em gerência e/ou coordenação de projetos;

c) **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos em levantamento de requisitos, análise de impacto, integração entre sistemas.

## 8. TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação Acadêmica	<p><b>Obrigatório:</b> Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, nas áreas de conhecimento<sup>2</sup> de Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Administração de Sistemas de Informação e/ou em Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p> <p><b>Desejável:</b> Pós-graduação em nível de especialização na área de Análise de dados e/ou Gestão de Projetos.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Mestrado e/ou Doutorado;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Especialização;</p> <p>[70%] 7 pontos: Graduação</p>	10
2	Experiência do candidato	<p><b>É obrigatório:</b> experiência profissional de no mínimo de 5 (cinco) anos na área de TI, com conhecimento em análise de sistemas, teste de software, análise de negócios e requisitos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 7 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 17 pontos: 6 anos de experiência</p> <p>[70%] 14 pontos: 5 anos de experiência</p>	20
		<p><b>É obrigatório:</b> experiência profissional mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento de sistemas informatizados no âmbito da Administração Pública Federal.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 17 pontos: 4 anos de experiência</p> <p>[70%] 14 pontos: 3 anos de experiência</p>	20
		<p><b>É desejável:</b> Experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em gerência e/ou coordenação de projetos;</p>	<p>[100%] 10 pontos: 4 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 8,5 pontos: 3 anos de experiência</p> <p>[70%] 7 pontos: 2 anos de experiência</p>	10

<sup>2</sup> Áreas de conhecimento da CAPES.

		É <u>desejável</u> : Experiência profissional mínima de 3 (três) anos em levantamento de requisitos, análise de impacto, integração entre sistemas;	100%] 10 pontos: 5 ou mais anos de experiência [85%] 8,5 pontos: 4 anos de experiência [70%] 7 pontos: 3 anos de experiência	10
3	Entrevista	- Demonstra conhecimento técnico exigido no edital. (0 a 15 pontos) - Possui boa fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos. (0 a 5 pontos) - Demonstra capacidade de análise e síntese. (0 a 10 pontos)	Pontuação a ser atribuída de acordo com avaliação da comissão de seleção por meio de entrevista.	30
<b>TOTAL DE PONTOS</b>				<b>100</b>

## 9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail [prododigap@fnde.gov.br](mailto:prododigap@fnde.gov.br), observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

## 10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

## 11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.